

PROVAS PRÁTICAS: O QUE SÃO E PARA QUE SERVEM?



Fabian Scholze DOMINGUES¹



Resumo

O objetivo deste trabalho é investigar as provas práticas que Kant apresenta dos objetos da metafísica tradicional, que são a existência de Deus e a imortalidade da alma. Deus e a alma são considerados objetos necessários do ponto de vista prático para a realização do sumo bem. Kant considera que tais objetos não são passíveis de conhecimento teórico, pois não podem ser dados numa intuição sensível. Apesar disto, eles devem ser postulados para a realização da necessária união entre o dever de seguir a lei moral e a felicidade, isto é, para a realização do sumo bem. Os postulados da imortalidade da alma e da existência de Deus são considerados princípios objetivos da vontade, que devem ser pressupostos para agirmos moralmente. No entanto, é possível agir moralmente sem que se creia na imortalidade da alma e na existência de Deus? Como um *modus tollens* o argumento de Kant perde a sua força, ainda que a sua estratégia de resolver de forma prática problemas insolúveis à razão teórica permaneça filosoficamente interessante.

Palavras-chave: Crítica da Razão Prática. Doutrina dos Postulados. Prova Prática.

Introdução

Para respondermos às questões propostas no título, iremos percorrer dois caminhos distintos:

i) O primeiro, consiste em caracterizar **negativamente** as provas práticas em relação às provas teóricas; este primeiro movimento buscará fornecer os motivos que levam Kant a aceitar a matemática e a física como ciências e, portanto, como domínios legítimos do conhecimento e a

rejeitar o conhecimento teórico da alma, de Deus e da liberdade. Essa caracterização das condições do conhecimento teórico nos leva às grandes linhas do projeto kantiano de delimitação do conhecimento humano aos limites da experiência possível e à rejeição das pretensões da metafísica como ciência.

Colocando a questão nos termos que norteiam essa comunicação, o conhecimento teórico é possível porque é possível **prová-lo** teoricamente. Kant mostra, contudo, que essa possibilidade está restrita aos limites da experiência possível, isto é, àqueles objetos que podem ser dados imediatamente na intuição, de acordo com as formas da sensibilidade, espaço e tempo. De outra parte, a **Dialética Transcendental** explica que não é possível haver provas teóricas dos objetos da metafísica tradicional, alma, liberdade e Deus, porque tais objetos não são dados numa intuição sensível.² A impossibilidade da metafísica como ciência, contudo, não esgota o tratamento que Kant confere aos objetos da metafísica tradicional, considerados por ele como idéias transcendentais da razão. Esses objetos serão novamente estudados em sua filosofia prática, desempenhando papel fundamental como pressupostos necessários de sua doutrina moral.

ii) O segundo caminho que iremos percorrer consiste em caracterizar **positivamente** as provas práticas, ao mostrar que, ainda que não seja possível o conhecimento teórico de Deus, alma e liberdade, tais idéias da razão desempenham importante papel na **determinação** do agir moral. Na doutrina dos postulados, Kant mostra que tais idéias transcendentais, ainda que não possam ser consideradas como dogmas teóricos, devem ser consideradas como pressupostos (*Voraussetzungen*) sob um aspecto necessariamente prático; “de modo que não ampliam o conhecimento especulativo, mas dão às idéias da razão especulativa em geral **realidade objetiva** e habilitam-na para conceitos cuja possibilidade, de outro modo, ela nem sequer poderia pretender afirmar” (CRPr 238).

Os elementos apresentados nessa breve introdução indicam o caminho de resposta para as questões que norteiam essa comunicação. As provas práticas servem para conferir **realidade objetiva** às idéias transcendentais da alma, da liberdade e de Deus. Tais provas, contudo, se distinguem das provas teóricas porque não ampliam o conhecimento teórico acerca dessas idéias, mas mostram que tais idéias devem necessariamente ser postuladas pela razão pura prática para

que possamos realizar mediante nossa vontade (senão nesta vida, na eternidade) o sumo bem, isto é, a união necessária entre dever e felicidade.³

1 Determinação negativa das provas práticas: a delimitação do conhecimento teórico aos objetos da intuição

Kant apresenta nos *Prolegômenos* uma versão sintética dos argumentos apresentados na *Crítica da Razão Pura*. Nessa obra ele apresenta a questão central de sua crítica ao conhecimento: *como são possíveis juízos sintéticos a priori?* Essa pergunta, segundo ele, se desdobra em três:

- 1) Como são possíveis os juízos sintéticos a priori na matemática pura?
- 2) Como são possíveis os juízos sintéticos a priori na ciência pura da natureza?
- 3) Como são possíveis os juízos sintéticos a priori na metafísica?

Em grossas linhas, a resposta para a primeira pergunta consiste em mostrar que os objetos da matemática podem ser construídos numa intuição pura por meio dos conceitos puros do entendimento. Kant diz que é possível construir na intuição pura, por exemplo, um triângulo mediante a aplicação dos conceitos puros do entendimento à forma pura do espaço. A intuição pura nesse caso fornece a ligação necessária e a priori entre o sujeito e o objeto do juízo matemático, de modo que, para poder afirmar a verdade do juízo sintético: ‘a soma dos ângulos internos de um triângulo tem 180°’ o conceito de triângulo deve poder ser construído na intuição pura.

A resposta para a segunda pergunta: “Como são possíveis os juízos sintéticos a priori na ciência pura da natureza?” também é dada de forma semelhante. Com a ressalva de que, enquanto os juízos sintéticos da matemática são construídos mediante a aplicação das categorias matemáticas da quantidade e da qualidade à intuição, os juízos sintéticos a priori da física são construídos não apenas mediante a aplicação das categorias matemáticas, como também mediante a aplicação das categorias dinâmicas. Isto é, aplicando-se também as categorias da causalidade e da modalidade aos fenômenos dados na intuição. Aprendendo a lição de Hume, Kant restringe a

aplicação legítima da categoria de causalidade aos objetos da experiência possível, isto é, ao que pode ser dado espaço-temporalmente. Tal restrição trará importantes conseqüências para as pretensões da metafísica como ciência.

A metafísica não é possível como ciência, pois os seus objetos tradicionais: Deus, alma e liberdade não podem ser dados na experiência possível e tentar conhecê-los teoricamente leva a razão a ilusões inevitáveis e insolúveis, isto é, leva-a a uma **dialética transcendental**. A razão, devido a sua própria natureza, formula perguntas que não pode responder e que também não pode evitar quando tenta ultrapassar os limites da experiência possível e alargar o conhecimento às coisas como são em si mesmas. Tentar conhecer teoricamente a alma, Deus e a liberdade torna a metafísica um campo de disputas infundáveis e não uma ciência dotada de um domínio legítimo de objetos.

Assim, chegando ao fim deste primeiro caminho, o conhecimento teórico está restrito às formas da intuição, e, desse modo, ao domínio dos objetos dados na experiência. Os juízos sintéticos a priori são possíveis na matemática e na física porque essas ciências podem representar seus objetos numa intuição sensível. Aqueles conhecimentos que transcendem os limites da experiência possível, ou seja, que seus objetos não podem ser dados na intuição, como é o caso dos objetos da metafísica tradicional, Deus, alma e liberdade, não podem ser provados teoricamente e tentar tal empreitada é uma presunção vã e arrogante.

2 Determinação positiva das provas práticas

2.1 A dialética da razão pura prática

Kant inicia a **Dialética da razão pura prática** explicando que a origem da dialética da razão, tanto em seu especulativo quanto em seu uso prático, reside na busca que a razão efetua pela totalidade absoluta das condições para um condicionado dado. Tal totalidade somente pode ser encontrada absolutamente nas coisas em si mesmas (no incondicionado). Contudo, ao sair da alçada da experiência possível em busca da totalidade absoluta da série de condições, a razão cai numa inevitável ilusão, que trai um desacordo dela consigo mesma. Para os objetivos desta

apresentação, iremos nos concentrar tão-somente no esclarecimento da dialética da razão **prática** pura, bem como em sua solução.

A ilusão da razão prática pura consiste no seguinte: dado o praticamente condicionado, a razão procura o incondicionado. A totalidade incondicionada do objeto da razão pura prática atende pelo nome de **sumo bem**. Segundo a lição da **Fundamentação da Metafísica dos Costumes**, a lei moral é o único fundamento determinante da vontade pura.⁴ Mas este fundamento é puramente formal (isto é, exige unicamente a forma da máxima como universalmente legislativa), de modo que a realização do sumo bem também requer uma matéria, um **conteúdo objetivo**.

O conceito de sumo bem, contudo, possui uma ambigüidade, de modo que sua determinação resulta numa **dialética**, isto é, num conflito necessário e inevitável da razão. Para ser mais preciso, é o esforço de elucidação do sumo bem como fundamento determinante da razão pura prática que leva à razão a um desacordo consigo mesma. Vejamos em que reside tal dialética.

O bem supremo chama-se **virtude**, como o bem parcial mais alto do sumo bem, o qual por sua vez inclui, além daquele, também a **felicidade**. A virtude, entendida como o merecimento a ser feliz, é a condição suprema de tudo o que possa nos parecer desejável. Nem por isso a virtude é o bem completo e consumado, pois, para sê-lo requer-se também a **felicidade**. Ora, se a tentativa de alcançar o sumo bem fosse uma empreitada torturante, certamente não seria racional desejá-la. Desse modo, é plausível que a virtude e a felicidade constituam em conjunto a posse do sumo bem em uma pessoa.

A dialética da razão prática consiste justamente na determinação da conexão entre a virtude e a felicidade e assume a forma da seguinte disjunção:

- (i) ou a virtude é o sumo bem total e a felicidade é apenas a consciência da sua posse;
- (ii) ou a felicidade é o sumo bem total e a virtude somente a máxima de concorrer a ela.

Para resolver essa questão, devemos recordar alguns resultados importantes da **Analítica da Razão Prática**. Segundo Kant, as máximas da virtude são completamente **heterogêneas** em relação a seu princípio prático supremo. Isto é, a felicidade e a moralidade, quanto à sua espécie,

são dois elementos do sumo bem totalmente diversos e, portanto, a sua vinculação não pode ser conhecida analiticamente, mas **sinteticamente**. Todavia, essa vinculação é conhecida *a priori*, isto é, de modo praticamente necessário e independente de toda a experiência. Assim, a possibilidade do sumo bem não depende de nenhum princípio empírico e a dedução desse conceito não pode ser empírica, mas **transcendental**. O objetivo dessa dedução é provar que é moralmente necessário *a priori* produzir o sumo bem mediante a liberdade da vontade.

2.2 A superação da antinomia da razão pura prática

A tese de que a aspiração à felicidade suscita um princípio de disposição virtuosa é, segundo a **Analítica da Crítica da Razão Prática**, absolutamente falsa. Já a antítese, que afirma que a disposição virtuosa produz necessariamente a felicidade, é **condicionalmente** falsa, se assumirmos kantianamente a existência nesse mundo como único modo de existência de um ser racional. Pois, como há na lei moral um princípio puramente intelectual da causalidade no mundo sensível, não é impossível que a moralidade da disposição (*Gesinnung*) tenha com a felicidade uma conexão necessária. Se não é impossível, então é possível a conexão necessária da moralidade com a felicidade. A moralidade somente é possível como dever. A realização do dever é o sumo bem. Logo, a realização do sumo bem é possível. Como é possível realizar praticamente o sumo bem, é necessário realizá-lo por respeito à lei moral. Contudo, realizar praticamente o sumo bem pressupõe a **realidade objetiva** dos objetos da metafísica tradicional: Deus, alma e liberdade.

Essa conclusão parece, à primeira vista, despropositada, pois, parece pouco plausível pressupor a realidade objetiva da alma como condição da realização, mediante um ato de nossa vontade, do sumo bem. Ainda que a realização do sumo bem seja necessária parece absurdo concluir disso a realidade de qualquer coisa.

O objetivo dessa apresentação é investigar as provas práticas em Kant e não reconstruir a totalidade da sua doutrina dos postulados ou da doutrina do soberano bem. Desse modo, passaremos à última etapa do caminho analisando em detalhe uma das provas práticas de Kant, a do postulado da imortalidade da alma, como exemplo paradigmático da estrutura de uma prova

prática. Tal prova estabelece a passagem entre a necessidade de realização do sumo bem e a realidade objetiva da imortalidade da alma.

2.3 O Postulado da imortalidade da alma

Como já argumentamos acima, a realização do sumo bem no mundo é o objeto necessário de uma vontade racional, isto é, moral. O sumo bem somente é possível, contudo, à medida que as disposições do ânimo tenham conformidade plena com as disposições da lei moral. Isto é, o **querer** deve ser idêntico ao **dever** para que o sumo bem seja realizado. Tal conformidade entre ambos é o que Kant chama de condição suprema do sumo bem.

De outra parte, a lei moral tem que ser tão possível quanto seu objeto, o sumo bem, pois ela está contida nele. Caso o sumo bem não seja realizável, a lei moral é mero palavrório. Desse modo, dado que a lei moral é necessária, o sumo bem deve ser praticamente possível. Essa primeira etapa do argumento assume a forma de um *modus ponens* e encontra-se tanto no postulado da imortalidade da alma quanto no postulado da existência de Deus:

Primeira etapa - argumento geral da doutrina dos Postulados. (AG)

(P1) Se a lei moral é necessária, então o sumo bem é praticamente possível;

(P2) A lei moral é necessária. {por FMC}

(C1) Logo, o sumo bem é praticamente possível.

A segunda etapa do argumento, contudo, varia quanto ao objeto da razão prática pura. Para os propósitos dessa apresentação basta observar a estrutura de uma das provas práticas, presente na prova da imortalidade da alma, para que possamos avaliar o que ela é e para que ela serve.

A prova do postulado da imortalidade da alma pode, esquematicamente, ser apresentada em duas etapas.

Primeira etapa - argumento específico sobre a imortalidade da alma: (AE)

(P3) A plena conformidade da vontade à lei moral é a santidade;

(P4) Nenhum ente racional do mundo sensorial é santo, pois a sua vontade também é determinada por motivos sensíveis;

(P5) A santidade somente pode se encontrar em um progresso que avança ao infinito em direção à conformidade plena da vontade à lei moral;

(C2) Logo, é necessário assumir tal progresso como objeto real de nossa vontade para que haja conformidade plena da vontade à lei moral;

Segunda etapa - conclusão do argumento sobre a imortalidade da alma (**AG + AE**):

(C1) O sumo bem é praticamente possível;

(C2) A realização do sumo bem pressupõe um progresso ao infinito em direção à conformidade plena da vontade à lei moral;

(P6) O progresso infinito em direção à conformidade plena da vontade à lei moral somente é possível sob a pressuposição de uma existência e da personalidade do mesmo ente racional ao infinito (imortalidade da alma).

(C3) Logo, o sumo bem é praticamente possível sob a pressuposição da imortalidade da alma.

Esse argumento elucidada as condições sob as quais a lei moral é possível de ser realizada no mundo dos seres racionais sensíveis como o homem. Contudo, a possibilidade de realização da lei moral leva Kant a pressupor a infinitude do homem no tempo, pois a plena conformidade da vontade à lei moral pode não ser alcançada no intervalo de uma única vida humana. Tal conformidade é um **limite** sempre a ser buscado com todas as forças, porque é uma exigência da razão prática, mas não há garantia de ele seja de fato alcançado por todos os seres humanos no intervalo de uma vida – o mais provável é que isso em geral não aconteça. Desse modo, a adequação da vontade humana ao rigor da lei moral exige uma educação e uma disciplina que extrapola o período de uma vida. Para que o aperfeiçoamento da moralidade dos homens seja levado a cabo e não abandonado como uma tentativa inútil e inalcançável, é necessário (e, segundo Kant, racional) pressupor que esse aperfeiçoamento se estenda numa mesma existência e personalidade ao infinito. Esse aperfeiçoamento moral, para ser consistente, deve pressupor a imortalidade da alma.

O argumento da imortalidade da alma e, de uma maneira mais geral, a doutrina dos postulados, foi rejeitado por uma honrosa e diversa tradição de leitores de Kant. Entre os mais ilustres podemos citar Schopenhauer, que critica o caráter fortemente religioso da doutrina moral de Kant, já que a doutrina cristã que havia sido banida da moralidade pela pureza da lei moral volta com força, como fundamento determinante da doutrina do sumo bem. Schopenhauer não deixa de ter razão, pois Kant insiste que negar a imortalidade da alma, significa negar a própria lei moral. Para agirmos moralmente ao longo do tempo devemos reconhecer, do ponto de vista prático, uma alma imortal. Isso significaria dizer que quem não acredita numa alma imortal não pode agir moralmente.

O argumento poderia, assim, ser assim construído na forma de um *modus tollens*:

Para podermos agir moralmente, devemos pressupor a imortalidade da alma;

Não pressupomos a imortalidade da alma;

Logo, não podemos agir moralmente.

O argumento de Kant, contudo, parece ser ainda mais forte, pois passa da necessidade da observância da lei moral e da possibilidade da realização do sumo bem para a **realidade objetiva** da idéia da imortalidade da alma. Isto é, passa de uma determinação da vontade para a determinação da realidade de uma idéia como objeto da razão. Tal passagem é questionável, como, aliás, são, de um modo geral, os argumentos ontológicos, com o agravante que a versão kantiana do argumento ontológico não apenas reclama a prova da imortalidade da alma, como também a prova da existência de Deus, certamente não de um ponto de vista teórico, mas prático, na medida em que esses objetos seriam determinantes da vontade livre e, portanto, práticos.⁵ A conclusão questionável que essa linha de argumentação parece indicar é que bastaria querer para que algo exista.

2.4 Necessidade racional e realidade objetiva

Convém enfatizar que essa prova da realidade objetiva da imortalidade da alma tem somente um uso **prático** e não um uso teórico. Com essa prova não ampliamos nosso

conhecimento sobre o que seja a alma e quais seriam os seus predicados, mas passamos a agir **como se** nossa alma fosse imortal e, desse modo, segundo Kant, determinando racionalmente nossa vontade. O postulado da imortalidade da alma é um princípio prático e, portanto, determinante da ação, pois permite que dotemos a vontade de um princípio teleológico que norteia nossas ações ao infinito. Podemos, entretanto, questionar se, de um ponto de vista prático, precisaríamos postular uma recompensa num outro mundo como motivação para o agir moral. Tal postulado parece inserir, em certa medida, na doutrina moral de Kant um princípio utilitarista, dado que supõe uma recompensa, ainda que essa, por estar necessariamente submetida ao rigor da lei moral, provavelmente possa ser resgatada somente numa outra vida.

Adicionalmente, o argumento de Kant ainda parece desconfortável, pois parece passar ilegitimamente da possibilidade de realização do sumo bem para a realidade objetiva de seus pressupostos. De fato, essa objeção foi endereçada ao próprio Kant pelo falecido Wizemann, que questiona a passagem, ilícita a seu ver, da necessidade para a realidade objetiva do objeto. Kant comenta a objeção de Wizemann na seguinte passagem da Crítica da Razão Prática:

No *Deutsche Museum* de Fevereiro de 1787, encontra-se um tratado de um espírito muito fino e lúcido, o falecido Wizemann, cuja morte prematura é de lamentar, em que contesta o direito de, a partir de uma necessidade (*Bedürfnis*) concluir para a realidade objetiva do seu objeto (*Gegenstand*), e explica o assunto mediante o exemplo de um apaixonado que, ao enamorar-se loucamente de uma idéia de beleza que é apenas uma quimera, quereria concluir que um tal objeto (*Objekt*) existe algures realmente. Dou-lhe aqui plenamente razão em todos os casos em que a necessidade se funda na *inclinação*, a qual não pode sequer necessariamente postular a existência do seu objeto para aquele que por tal está afetado, e muito menos contém uma exigência válida para todos e, por conseguinte, é um princípio simplesmente *subjetivo* dos desejos. Mas aqui, é uma *necessidade racional* (*Vernunftbedürfnis*) promanando de um princípio *objetivo* da vontade, a saber, da lei moral que obriga necessariamente cada ser racional, e o autoriza, portanto a presumir *a priori* na natureza as condições que lhe são conformes, e torna estas últimas inseparáveis do pleno uso prático da razão (KANT, 2003, p. 253).

Considerações finais

Ainda que a prova prática dos objetos da razão pura prática seja questionável, por postular como princípios determinantes de nossa vontade a imortalidade da alma e a existência de Deus, devemos reconhecer que o argumento de Kant possui um *insight* genial, pois pretende fornecer

uma solução, do ponto de vista prático, para questões insolúveis do ponto de vista teórico. Kant transforma assim um terreno de disputas infundáveis, em pressupostos da ação moral, e visa, com isso, fornecer subsídios para uma tese mais abrangente e, quiçá mais defensável, que é a tese do progresso moral da humanidade em direção a uma comunidade de nações e à paz perpétua.

PRACTICAL TESTS: WHAT ARE THEY AND WHAT FOR?

Abstract

The present work has as its aims to investigate the practical tests that Kant presents about the objects of the traditional metaphysics, that are the existence of God and the immortality of the soul. God and the soul are considered necessary objects from the practical point of view well for the accomplishment of the superior goodness. Kant considers that such objects are not susceptible to theoretical knowledge, because they cannot be given in a sensitive intuition. In spite of that, they should be postulated for the accomplishment of the necessary union among the duty of following the moral law and the happiness, that is, for the accomplishment of the superior goodness. The postulates of the immortality of the soul and of the God's existence are considered objective principles of the will, that should be presuppositions for us to act morally. However, is it possible to act morally without believing in the immortality of the soul and in the God's existence? As a *modus tollens* the argument of Kant loses its force, although his strategy of solving, in a practical way, insoluble problems to the theoretical reason stays philosophically interesting.

Key-words: Critics of the Practical Reason. Postulates Doctrine. Practical test.

Notas

¹ Mestre em Filosofia pela FARGS – Faculdades Rio-Grandenses. E-mail: fabiandomingues@gmail.com.

² O professor André Klaudat, por ocasião da apresentação deste trabalho no Colóquio UFRGS/UNISC de Filosofia chamou atenção para o **Cânone da Razão Pura**, onde Kant estabeleceria uma outra linha de argumentação, diferente da seguida neste trabalho, em que reclamaria do ponto de vista teórico algum tipo de conhecimento dos objetos da metafísica tradicional. Infelizmente os reparos necessários ao texto para incorporar os argumentos de Kant presentes no **Cânone** e as considerações sobre a interpretação que o professor Klaudat concedeu a eles seriam tantos que forçariam a escrita de um outro texto. Desse modo, optei por apresentar a versão original do texto apresentado no

Colóquio, com pequenas correções de estilo e reservar para trabalho futuro as questões discutidas no estimulante encontro de Santa Cruz.

³ O sumo bem é o objeto da razão pura prática, enquanto a lei moral lhe fornece a forma. Cf. CRPr Ak 196.

⁴ A primeira das três formulações do imperativo categórico, também chamado por Kant de lei moral, afirma: “age como se a máxima da tua ação se devesse tornar, pela tua vontade, em lei universal da natureza”. O imperativo da moralidade é incondicionado, pois leva em conta apenas a aplicação incondicional da lei moral e não os motivos heterônimos presentes no homem, tais como seus apetites, desejos e inclinações. A máxima que pode ser universalizada pode ser realizada por qualquer ser racional como moral. Desse modo, o critério para a ação moral é a universalidade da máxima.

⁵ “Prático é tudo aquilo que é possível pela liberdade” (CRPr, A800 = B282).

Referências

ALLISON, H. *Kant's Theory of Freedom*. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.

BOOTH, W. C. *et al.* *A arte da pesquisa*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

GIANOTTI, J. A. Kant e o espaço da história universal. In: KANT, I. *Idéia de uma história universal de um ponto de vista cosmopolita*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986.

HÖFFE, O. *Immanuel Kant*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

KANT, I. *Crítica da Faculdade do Juízo*. Trad. de Valério Rohden e Antonio Marques. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária, 1995.

_____. *Crítica da Razão Prática*. Trad. e notas de Valério Rohden. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

_____. *Crítica da Razão Pura*. Trad. de Valério Rohden e Udo Moosburger. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

_____. *Idéia de uma história universal de um ponto de vista cosmopolita*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986.

LEBRUN, G. Uma escatologia para a moral. In: KANT, I. *Idéia de uma história universal de um ponto de vista cosmopolita*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986.

PIPPIN, R. B. *The persistence of subjectivity*. On the kantian aftermath. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.

_____. *Modernism as a philosophical problem*. 2.ed. Massachussets: Blackwell Publishers, 1999.

- _____. *Idealism as modernism. Hegelian Variations*. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.
- SCHOPENHAUER, A. *Os fundamentos da moral*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- TERRA, R. Algumas questões sobre a filosofia da história em Kant. In: KANT, I. *Idéia de uma história universal de um ponto de vista cosmopolita*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986.
- TORRES, J. C. *Transcendentalismo e dialética*. Ensaio sobre Kant, Hegel, o marxismo e outros estudos. Porto Alegre: L&PM, 2004.
- WALTON, D. *Lógica Informal*. São Paulo: Martins Fontes, 2006.
- WILLASCHEK, M. *Confiança condicional*. Certeza metafísica em um mundo contingente. Tradução de F. S. Domingues e G. R. Neumann. S.l.: s.n., s.d.
- WILLIAMS, T. C. *The concept of categorical imperative*. Oxford: Oxford University Press, 1968.
- ZINGANO, M. *Razão e História*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1989.